

## A IMPRENSA PARAIBANA E A CULTURA EDUCACIONAL OITOCENTISTA

**Thiago Oliveira de Souza**  
Mestrando em História – UFPB  
thiagooliveirajp@gmail.com

**Cláudia Engler Cury (orientadora)**  
PPGH/PPGE/UFPB  
claudiacury@terra.com.br

O presente texto, configurado em forma de artigo científico, busca evidenciar as primeiras discussões provenientes do primeiro ano da pesquisa: “Imprensa e instrução: a cultura educacional presente nos textos jornalísticos paraibanos do século XIX”. O nosso objeto de pesquisa é a cultura educacional que segundo Pinheiro (2009 : 108):

Nesse sentido, compreendemos que a cultura educacional não se restringe à produção historiográfica pelo segmento social vinculado às universidades e, principalmente, àqueles atrelados aos programas de pós-graduação, mesmo que esses sejam, hoje, mais reconhecidos socialmente como os produtores de conhecimento e de saberes especializados. Partimos do pressuposto de que os artistas, os intelectuais e as pessoas simples, do povo, contribuem para a produção de leituras e de interpretações sobre o passado e o presente educacional.

O autor faz uma aproximação deste conceito com outro, o de Cultura Histórica. Neste ponto, admite uma amplitude de sujeitos na produção/escrita do conhecimento histórico. Se aproximando de Flores (2007 : 95): “Entendo por cultura histórica os enraizamentos do *pensar historicamente* que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico”. O nosso trabalho caminha no sentido de observar o que era escrito e comentado sobre a instrução<sup>1</sup> na imprensa. A história

---

<sup>1</sup> O termo Instrução é de uso recorrente na minha pesquisa, portanto julgamos necessário uma breve explicação sobre este termo. Durante o Oitocentos a expressão que designava o que atualmente conhecemos como educação era a instrução. Apesar de aparecerem na documentação frequentemente como sinônimos, PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009, faz algumas considerações importantes. A instrução estaria ligada ao ato de instruir, vinculada diretamente a este saber/conhecimento escolar. Educação, por sua vez, estaria relacionada ao ambiente doméstico, sendo, portanto algo mais amplo. Para o autor, o termo “instrução” já faz parte da cultura educacional oitocentista, pois remete a um lugar e tempo históricos específicos. Para maiores esclarecimentos consultar VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Imperial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

enquanto ciência ainda não estava constituída, portanto, não podemos falar de historiadores no período. E na produção dos jornalistas oitocentistas que centramos nossa pesquisa.

A nossa fonte é a imprensa. No recorte estudado<sup>2</sup> era o único meio de comunicação disponível, sendo portanto um privilegiado local para intensos debates, entre eles o educacional. O historiador paraibano José Leal (1962) relata que os jornais do período possuíam uma postura distinta da que nós, com nosso olhar contemporâneo, conhecemos. O referido autor não entra em detalhes, mas ao consultarmos os periódicos podemos vislucrar o que foi aludido pelo referido pesquisador. A imprensa paraibana oitocentista é palco de intensos debates políticos, Era comum o próprio jornal demonstrar sua vinculação politico-partidária. Como exemplo temos o *Jornal da Parahyba*, que logo na primeira página trazia os seguintes dizeres: *Órgão do Partido Conservado*. Sendo assim, julgamos necessária uma constante vigilância no momento na escrita do texto, tendo em vista que muitas vezes fica difícil identificar o real interesse na divulgação de uma matéria ou um debate, por exemplo.

Buscamos privilegiar alguns autores paraibanos que escreveram sobre o nosso tema, notadamente os historiadores da imprensa. Dois nomes recorrentes sobre o assunto são Eduardo Martins (1978) e Fátima Araújo (1986). No entanto, sentimos a necessidade de incluir alguns autores para discussões mais amplas, como por exemplo: José Murilo de Carvalho (2007), Mirian Dolhnikoff (2005), Ilmar Rohloff de Mattos (2004), René Rémond (1996), dentre outros. Além destes já citados, também fazemos uso de outros textos que são pertinentes a pesquisa e que já serviam de subsídio para a escrita do nosso trabalho.

Remonta a 1808 o surgimento da imprensa no Brasil, pois antes deste período as tipografias eram proibidas de funcionar. A historiografia menciona que o primeiro periódico paraibano foi *O Português*, datado de 1818, ou seja, em um momento em que a situação política nacional<sup>3</sup> estava em plena ebulição e a relação colônia/metrópole já demonstrava sinais de fragilidade, culminando futuramente com a independência política em 1822.

---

<sup>2</sup> A presente pesquisa trabalha como marco temporal dois jornais paraibanos: *O Reformista* (1849) e a *Gazeta da Parayba* (1889). No entanto, também será mencionado a constituição da imprensa no Brasil e os primeiros periódicos que circularam na Província da Parahyba do Norte.

<sup>3</sup> Utilizo nação fazendo menção ao território. A idéia de nação foi sendo construída ao longo do século XIX.

No entanto, a existência deste periódico é questionada, pois não há vestígios materiais ou qualquer referência direta a sua existência. Portanto, consideramos como marco no caso paraibano o periódico *Gazeta do Governo da Parahyba do Norte*, datado de 1826. Como boa parte dos que circularam no império possui como característica noticiosas e políticas. Seu fundador foi o então presidente da província Alexandre Francisco de Seixas Machado. Serviu como porta-voz do seu governo, prática recorrente em diversos periódicos.

É difícil indicar um número preciso de jornais que circularam no recorte proposto, tendo em vista que as informações são muitas vezes contraditórias. Nesse ponto, cada historiador que se propôs a fazer este levantamento indicou número bem distintos. Fátima Araújo (1986) indicou que circularam na Província da Parahyba do Norte até o fim do império cerca de 50 periódicos. José Leal (1962), por sua vez, aponta inscríveis 80 exemplares. Apesar do susto inicial, os número citados refletem como seria a atmosfera jornalística no período. Muitas dessas publicações tiveram um existência efêmera, com alguns não sobrevivendo sequer a primeira publicação.

Como já foi dito no início, estudamos a cultura educacional do período, utilizando a imprensa como fonte. No entanto, a partir da historiografia disponível que versa sobre nosso recorte defendemos que o objeto de estudo não estava isolado de outros debates, notadamente as questões políticas. Este tema por si só já justificaria a inclusão de um acarboço teórico-metodológico que contemplasse também a Nova História Política e as Culturas Políticas.

Nos interessa também entender a sociedade que proporcionou aquele tipo de escrita (jornalística). Sabendo de antemão que a política partidária influia muitas vezes no que era dito sentimos a necessidade de ampliar a discussão e alargar a nossa temática. Estudamos a educação, mas não deixamos de lado a sociedade que produziu aquele discurso educacional.. Neste ponto, temos o seguinte<sup>4</sup>:

Os historiadores da educação brasileira têm chamado a atenção para os processos de constituição da forma escolar de educação, implementada ao longo do século XIX, em meio a disputas e tensões, associadas aos projetos de nação e à formação do Estado Brasileiro.

Assim sendo, abrangemos os seguintes periódicos:

---

<sup>4</sup> Consulta Gondra & Shueler (2008 : 19).

Quadro 1: Jornais paraibanos oitocentista catalogados

Nome	Matérias localizadas	Recorte
Arauto Parahybano	25	1888
A Imprensa	4	1858
A Opinião	29	1877
A Regeneração	140	1861-1862
A União Liberal	16	1879
Diario da Parahyba	147	1884-1885
Gazeta da Parahyba	268	1888-1889
Jornal da Parahyba	567	1881-1882-1883-1886-1887
O Despertador	1	1869
O Imparcial	55	1861
O Publicador	125	1884-1885-1886
Gazeta do Sertão	Falta contagem	1888-1889
O Governista Parahybano	Falta contagem	1850-1851
O Reformista	Falta contagem	1849-1850
O Tempo	Falta contagem	1865

Observando o quadro acima é possível fazermos algumas observações. Na última coluna temos o recorte temporal disponível. Percebemos que o período em questão é marcado por profundas transformações. Na década de 1860 temos a Guerra do Paraguai, que segundo Costa (1996) expôs a chaga da escravidão, pois o Brasil era o único país que participante do confronto que mantinha esse tipo de relação. Na década de 1870, temos a Lei do Ventre Livre em nível nacional e a Revoltas do Quebra-Quilos e Ronco da Abelha localmente. Na última década de do império temos a abolição da escravidão, por exemplo. Notamos que foi um período de grande efervência e estes temas eram debatidos nos periódicos.

Identificar os sujeitos que escreviam nos periódicos foi uma tarefa complicada, pois a prática do anonimato era recorrente. No entanto, foi possível montar um quadro com alguns nomes<sup>5</sup>:

Quadro 2: Jornalistas, periódicos e suas respectivas ocupações

Nome	Periódico	Ocupação
------	-----------	----------

<sup>5</sup> Consultar Souza (2010)

Artur Achilles dos Santos	A Parahyba, O Liberal Parahybano, Gazeta da Manhã, O Parahybano e a Gazeta da Parahyba (entre outros).	Filósofo, político e diretor do Arquivo Público
João Antônio Baptista	Jornal da Parahyba	Não identificada
Eugênio Toscano de Brito	Gazeta da Parahyba (também mencionado em outros periódicos).	Médico, professor, Deputado Provincial, Inspetor da Saúde Pública e do Porto, Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal (entre outros cargos)
Felizardo Toscano de Brito	O Argos Parahybano, O Comércio e O Despertador	Político e professor
Eliseu Elias César	O Sorriso, A Gazeta da Parahyba e Estado da Parahyba (entre outros).	Promotor Público, Deputado e Advogado
Antonio da Cruz Cordeiro Sênior	O Publicador	Médico do Hospital da Santa Casa da Misericórdia (além de exercer a medicina em outras repartições) e Deputado
Antonio da Cruz Cordeiro Júnior	O Parahybano e a Gazeta da Parahyba	Médico, poeta e crítico literário.
José da Costa Júnior	O Despertador e A Opinião (entre outros)	Deputado e Juiz Municipal
Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	A Imprensa e o Jornal da Parahyba	Presidente de Província, Advogado e Inspetor da Alfandega.
Enéas Arrochelas Galvão	O Publicador	Bacharel em Direito, Promotor de Justiça da Comarca de Bananeiras, Professor, Deputado, Juiz Municipal, Auditor de Guerra da Capital Federal e Ministro do Supremo Tribunal Militar
Pe. Leonardo Antunes Henriques	Jornal da Parahyba	Padre, professor, Deputado Provincial, Procurado Fiscal da Fazenda, Provedor Fiscal, Advogado (entre outras funções).
Benjamim Franflin d <sup>o</sup> Oliveira Mello	O Despertador	Juiz de Direito de Pombal e Chefe de Policia.

Pe. Lindolfo José Correia das Neves	O Mercantil Parahybano e O Publicador	Padre, Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas, Advogado, Deputado, Juiz de Paz da Cidade
-------------------------------------	---------------------------------------	--

Julgamos interessante a inclusão deste quadro por alguns aspectos. Em primeiro lugar, temos um mapeamento de alguns jornalistas que atuavam no período. Percebemos, observando a primeira coluna que alguns eram membros de grandes famílias, algumas que inclusive chegaram aos nossos dias, como os Toscano de Brito, por exemplo. Se olharmos atentamente para a última coluna temos as ocupações de cada um dos jornalistas abordados.

Podemos identificar médicos, deputados, juizes, promotores e até presidentes de província. Algo que todos eles têm em comum, baseando-se nos dados expostos até o momento, é que a grande maioria destes homens que escreviam na imprensa faziam parte da elite letrada da Província da Parahyba do Norte. Para entender de que forma essa elite estava estruturada temos uma série de possibilidades.

A partir das leituras, podemos perceber que existe um debate travado em relação à elite dirigente do Brasil. Neste ponto, temos autores como José Murilo de Carvalho (2007) e Ilmar Mattos (2004) que defendem uma centralização do poder nas mãos de uma elite Saquerema. Por outro lado, temos a leitura de Mirian Dolhnikoff (2005) que proporciona uma outra perspectiva. Segundo a referida autora, existia no Brasil uma espécie de “pacto federativo” entre as províncias. Temos então uma acentuada descentralização e a participação de mais atores neste jogo de poder.

Estas interpretações do Brasil oitocentista podem afetar a escrita do nosso trabalho. No início desta seção procuramos demonstrar, com o auxílio do quadro, que os jornalistas paraibanos em sua maioria eram membros da elite. Sendo assim, até que ponto eles possuíam influência no cenário local e nacional? Os debates educacionais propostos na imprensa estavam descolados de um contexto mais amplo?

Buscamos observar que os periódicos possuíam uma posição atuante frente aos debates educacionais. Os jornalistas se posicionavam tanto em relação à legislação quanto a atos de favorecimento e descaso por parte da administração provincial. Estes se diziam porta-vozes da opinião pública e proporcionavam debates entusiasmados em torno dos rumos da instrução. Segundo Faria Filho (2002: 134): “Em diversas outras

ocasiões o jornal volta a se manifestar em favor ou contra aspectos da legislação do ensino e dos atos praticados pelo executivo a respeito da instrução pública”.

Para exemplificar o que diz Faria Filho (2002) nós temos inúmeras matérias publicadas no jornal *Gazeta da Parahyba*. No ano em questão, 1888, ocorre uma mudança nos quadros provinciais, pois assume a cadeira presidencial o conservador Dr. Pedro Corrêa. Nesta período o director do Externato Normal era o liberal Eugênio Toscano de Brito, que passa a ser perseguido, sendo exonerado do seu cargo. Nesse ponto, o referido jornal faz duras críticas aos rumos adotados pelo então presidente da província. O debate sobre a demissão Dr. Eugênio durou vários dias e rendeu uma série de matérias, muitas assinadas pelo próprio prejudicado.

De acordo com os discursos dos jornalistas que faziam parte de *A Gazeta da Parahyba* a administração de Pedro Corrêa se encontrava acéfala. Passados oito dias da exoneração do diretor do Externato Normal o cargo ainda se encontrava vago. Além dessa matéria tivemos uma série de reportagens escritas pelo funcionário exonerado explicando o porquê da perseguição. Isso era um fato corriqueiro em alguns periódicos, pois o corpo redacional, quando era do partido contrário ao do administrador, não poupava críticas. Para ilustrar o que dissemos até o momento, temos<sup>6</sup>:

Sei pois, finalmente, o motivo de minha exoneração: porque o Sr. Pedro Corrêa entendeu que o cargo de director do Externato Normal é cargo de confiança política. Antes assim: porquanto, attribuiu eu essa exoneração a uma pequenina vingança do ex-secretário do governo da provincia de Pernambuco contra o sobrinho do Desembargador Toscano Barreto, em virtude de uma triste ocorrência que deu-se na secretaria d’aquelle governo com os papeis da aposentadoria do mesmo desembargador, e que ella sahio-se pessimamente [...]

Matérias como a citada no parágrafo acima são constantes no periódicos. Percebemos que as questões políticas influenciavam diretamente nos rumos da instrução. Sendo assim, além de estudar a educação na imprensa buscamos compreender de que forma esta sociedade oitocentista estava organizada. A partir desse movimento podemos situar a instrução no jogo político.

Partindo para finalizar o presente texto, trataremos do periódico *Arauto Parahybano*, parte integrante da nossa pesquisa, e abrir o debate sobre o que era escrito

---

<sup>6</sup> *Gazeta da Parahyba*. A minha Exoneração III. 19/09/1888.

na imprensa sobre a instrução voltada para os escravizados, que no período de circulação do jornal<sup>7</sup> já se encontravam em situação de liberdade. Um homem pode realmente ser livre sem ter acesso a instrução? Os jornalistas do referido jornal advogam que não.

Deste periódico só foi possível encontrar exemplares do ano de 1888. Os volumes disponíveis para pesquisa começam em abril e já trazem a numeração 13. Sendo assim, como o jornal possuía uma publicação semanal podemos situar o início de sua circulação em meados do janeiro. Nesta época, a escravidão no Brasil já encontrava em uma situação insustentável. Na tivemos acesso a estes exemplares que provavelmente alargariam a nossa discussão, mas o que sobreviveu a ação predatória do tempo situa a população negra, no período pós-abolição, como carente de instrução.

Após os escravizados serem libertos com a Lei Áurea o referido periódico assume uma posição muito interessante em relação à educação. A postura adotada na maioria dos textos pertinentes à instrução foi que sem a mesma o homem jamais seria de fato livre. Para ilustrar esta informação temos<sup>8</sup>:

Em nossa opinião o abolicionismo, como propaganda, terá de permanecer por muito tempo entre nós, porque, como já tivemos ocasião de dizer, sem nenhum mérito ficaria elle se sua acção terminasse com a liberdade individual do cidadão sem curar também de liberta-lhe o espirito [...]. Os efeitos da liberdade sem instrucção serão nullos, e para que o homem livre não se atire aos braços do crime cumpre esclarecer-lhe o espírito [...].

Neste novo momento da nossa história, caberiam aos governantes investirem na instrução para garantir a liberdade plena do individuo. À imprensa, por sua vez, teria a função de fiscalizar o poder público. Os jornalistas do *Arauto Parahybano* defendem que para libertar efetivamente os escravizados seria necessário tirá-los de uma ignorância secular, proporcionando a educação.

Deste modo, podemos fazer uma relação com as *experiências de liberdade*, presentes no texto de Silva (2000). Segundo a referida autora os escravizados utilizaram as mais diversas estratégias disponíveis para a criação de uma *liberdade* no cativeiro. Liberdade esta muitas vezes proporcionada pelo acesso ao letramento. Assim temos:

<sup>7</sup> Os exemplares que tivemos acesso são em grande maioria do período pós-abolição.

<sup>8</sup> Arauto Parahybano. Depois da abolição. 27/05/1888.



“Aprender a ler e escrever, enfim, podia permitir aos escravos africanos e crioulos (escravos brasileiros) passarem como libertos ou exercerem ofícios que os aproximassem da experiência da liberdade” (SILVA, 2000 : 112).

Além disso, alguns senhores desejavam que os seus escravizados possuíssem uma escolarização, mesmo que rudimentar. Muitos destes era utilizados para a execução de trabalhos especializados, portanto, quanto maior a instrução e domínio de vários ofícios o retorno para os seus respectivos senhores seria maximizado. Segundo a autora, ler, escrever e contar não era algo impossível para estes homens. Alguns senhores até desejavam isso.

De acordo com a análise bibliográfica realizada por Silva (2000) é possível constatar que na primeira metade do oitocentos uma boa parte dos senhores possuíam poucas posses, portanto passavam a depender dos ganhos proporcionados pelos escravizados. Por estes motivos, os senhores tinham interesse que seus escravos estivessem aptos para o exercício destas profissões. Sendo assim, percebemos que o tema liberdade, tomando como base também o *Arauto Parahybano*, era uma questão complexa. Muitas vezes não estava associado diretamente a alforria. Os escravizados, mesmo em cativeiro, buscavam experimentar a experiência de ser livre. A instrução muitas vezes cumpria este papel.

## Referências

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e vida*. João Pessoa. 2ªed. 1986.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

COSTA, Wilma Peres. *A Espada de Dâmocles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a Crise do Império*. São Paulo. Hucitec. 1996.

DOLHNIKOFF, Miriam *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução”. In. *Novos temas em história da educação brasileira*. ARAUJO, José Carlos de Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. Campinas: Autores Associados. EDUFU, 2002. pp. 133-150.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In. Saeculun 16. Jan/Jun 2007.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. “As Formas Educativas” In: \_\_\_\_\_. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 81-153.

LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União. 1962.

MARTINS, Eduardo. *Tipografia do Beco da Misericórdia*. João Pessoa: A União. 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição, São Paulo: Hucitec, 2004.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. Instrução e cultura escolar: considerações sobre cultura educacional no oitocentos. In. CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja. *Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB. 2009.

REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003. p.13-36.

SOUZA, Thiago Oliveira de. *A Instrução paraibana contada através dos impressos jornalísticos do século XIX (1858-1889)*. Monografia. UFPB: 2010.

SILVA, Adriana P. da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.